

### Análise de três derrotas

É irônico que, após ter sido privado durante vinte e nove anos do direito de eleger o presidente da república, o corpo eleitoral brasileiro, em 1989, tenha votado majoritariamente em Fernando Collor de Mello. Quando era deputado federal, este filhote da ditadura<sup>1</sup> votou contra a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia o sufrágio universal para o Executivo federal. Ironia, mas não contradição. Collor sempre esteve na direita, votou com a extrema-direita em 1984 e foi eleito cinco anos depois como candidato da direita, com 35 milhões de votos, contra 31 milhões para Lula.

A hipótese plausível de que a eleição se decidiu no debate final entre os dois candidatos implica que a vitória de Collor beneficiou-se de dois golpes baixos, um deles diretamente montado por sua assessoria e sordidamente utilizado em sua propaganda eleitoral (as acusações da ex-namorada de Lula, envolvendo a filha de ambos), outro, explorado com igual falta de escrúpulos pelos grandes meios privados de comunicação social - a grosseira, mas eleitoralmente eficaz tentativa de envolver o PT no sequestro do comerciante milionário Abílio Diniz<sup>2</sup>. Predominou, mesmo entre os eleitores de Lula, a opinião de que ele se saiu mal nesse debate decisivo. Acuado, quase sempre na defensiva, terminou o debate, sua última ocasião de se dirigir aos eleitores, com um trocadilho infantil, sobretudo considerando a gravidade da circunstância: “o caçador de marajás não passa de um caçador de maracujás”. Essa inócua peroração final mostrou que o candidato da esquerda deixara-se intimidar pelo superficial play-boy da direita. Se em vez de Lula, o jovem Catão de araque tivesse de enfrentar Brizola, certamente teria sido outro o desfecho do debate. Mas isso não teria bastado para derrotar a direita: no decisivo colégio eleitoral paulista, a pequena burguesia reacionária e pro-imperialista, sobretudo interiorana, era ainda mais anti-brizolista do que anti-lulista. O espírito dos

---

\* Professor aposentado do Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp.

<sup>1</sup> Essa expressão foi utilizada por Brizola contra Maluf, durante um debate do primeiro turno. Com o destemor que sempre o caracterizou, ele em seguida retomou o epíteto, dirigindo-o, desta vez no plural, à plateia maciçamente composta de malufistas, que aplaudiam desabridamente seu Chefe. A rigor, porém ela caberia melhor ainda, até por uma questão de faixa etária, ao esfuziante garoto propaganda da Rede Globo.

<sup>2</sup> A revista *Atenção* (ano 2, nº9, 1996) consagrou aos membros do grupo sequestrador, tratados pelo Judiciário brasileiro com uma severidade malévola, fortemente contrastante com as facilidades que concede a ladrões de casaca, uma reportagem que honra o jornalismo brasileiro.

Bandeirantes (caçadores de índios e depois de comunistas, com a Operação que lhes leva o nome) e da contra revolução de 1932 permanece ativo.

Em 1994, o debate eleitoral concentrou-se no Plano Real. Na condição de Ministro da Fazenda de Itamar Franco, F. H. Cardoso atrelou sua campanha ao êxito da estabilização monetária. Em abril, quando esse êxito permanecia incerto, as sondagens de intenção de voto davam 12% para ele e 40% para Lula, que se beneficiava merecidamente do “Fora Collor”. Muitos milhões de “descamisados” perceberam que tinham sido enganados em 1989: longe de suprimir a malandragem e a corrupção, o candidato da direita em quem tinham votado, em parceria com o tenebroso P. C. Farias e outros sócios, saqueou os cofres públicos em escala industrial. Mas Lula não soube gerir essa forte vantagem inicial. Em junho, enquanto subiam as expectativas de que o Plano poderia estancar a hiperinflação, ele declarou numa entrevista que não o aceitava. Foi um erro grave do PT ter subestimado a importância que as camadas populares, principalmente os trabalhadores assalariados, atribuíam ao controle da inflação. A posição correta teria sido reconhecer a importância de qualquer esforço para deter a alta dos preços e ao mesmo tempo, preconizar medidas para que o custo social desse esforço não recaísse unilateralmente sobre as massas trabalhadoras.

Quando o real entrou em vigor, em 1º de julho, as sondagens indicavam empate entre os dois candidatos, cada um com cerca de 30% de intenções de voto. Daí em diante, à medida que a nova moeda dava sinais crescentes de solidez, o candidato do PSDB, aliado ao PFL, foi subindo nas pesquisas: ultrapassou Lula em julho; em agosto contava com 40% das intenções de voto, contra 21% para Lula. No dia 3 de outubro FHC triunfou com 34,350 milhões de votos (54,28%), elegendo-se presidente no primeiro turno. Lula ficou com 17,112 milhões (27,04%). Os seis candidatos restantes ficaram abaixo de 10%.

Na presidência, FHC levou adiante o programa neoliberal iniciado por F. Collor. Mas diferentemente deste, em vez de saquear os cofres públicos com canhestra voracidade, ele cuidou antes de mais nada de consolidar um bloco governista no Congresso e de cultivar a máscara da respeitabilidade burguesa. A estabilização monetária, ainda que obtida a um elevado custo social, valeu-lhe um sucesso inicial junto a largas camadas da população. As demais diretrizes de seu governo foram conformes ao chamado “consenso de Washington”, cartilha da submissão às diretrizes

da contra revolução econômico-financeira encabeçada pelos círculos dirigentes do imperialismo estadunidense: privatizações gravemente danosas ao patrimônio do Estado, ataque à aposentadoria dos trabalhadores do setor público, bloqueio dos salários etc. Para obter um segundo mandato, vedado pela Constituição de 1988, ele juntou a maioria qualificada dos votos com métodos no mínimo duvidosos. Mas as acusações sólidas de suborno de parlamentares (dois deles confessaram ter recebido copiosa propina para votar do jeito que o presidente queria) não sensibilizaram nem os Catões da Corte Excelsa, nem os barões da imprensa.

O Príncipe do neoliberalismo reeleger-se sem surpresa no primeiro turno. Recuou, porém em relação a 1994, para 53,06% dos sufrágios expressos, enquanto Lula avançava para quase 32%. Dos dez outros candidatos, nove colheram resultados insignificantes; oito deles ficaram entre 0,37% e 0,16%. Entretanto Ciro Gomes, candidato do PPS, logrou penetrar pela brecha disponível no centro do centro, entre a polarização PSDB/PT: obteve 11%.

2002: o preço da vitória.

Com algumas variações, a política institucional configurou-se, a partir da eleição de 1994, em torno de dois grandes blocos, um de centro-direita, tendo por núcleo o PSDB, outro de centro-esquerda, em torno do PT. Essa configuração reproduziu-se em todas as eleições presidenciais posteriores, até a de 2012. Em 2002, no primeiro turno, Lula obteve 46,44% contra 23,19% para Serra, 17,85% para o evangélico Anthony Garotinho, lançado pelo PSB, e 11,97 para Ciro Gomes, pelo PPS. Juntos, esses dois candidatos de centro conseguiram praticamente 30% dos votos, o que dá a medida do recuo do bloco PSDB/PFL. Os efeitos antissociais do neoliberalismo dependente tinham sido agravados pela estultice de Gustavo Franco, que fez o Banco Central manter fixo o câmbio numa conjuntura de turbulência financeira internacional em que o real sofria fortes ataques especulativos. Acabou sendo demitido, mas a festa do dólar barato tinha acabado.

Manifestamente, a vitória de Lula deveu-se à ampliação para a direita do espectro de partidos que o apoiaram, sem perda do eleitorado de esquerda. Não repetindo o erro de 1994, ele comprometeu-se a defender a moeda face ao ataque dos especuladores. Em abril de 2002, antes do início da campanha eleitoral, o dólar valia cerca de 2,5 reais e foi subindo à medida que caíam as chances de vitória do candidato

da direita. Quando este, numa sórdida tentativa de reverter sua provável derrota, recorreu ao argumento do medo (se Lula vencer, haverá um caos social semelhante ao da Venezuela e Brasil não pagará a dívida externa), a moeda norte-americana atingiu 3,8 reais. Regina Duarte, a Namoradina da direita brasileira, mais ridícula do que patética, proclamou: “-Tenho medo! É por isso que vou votar no Serra”. Compreende-se, neste contexto, que a preocupação de “acalmar os mercados financeiros” tenha se tornado predominante nos compromissos eleitorais e nos planos de governo da equipe de Lula. Ela contribuiu para sua ampla vitória no segundo turno: 61,27% contra 38,72 para o candidato do medo.

A principal garantia oferecida aos meios financeiros pelo novo governo foi confiar a presidência do Banco Central do Brasil a Henrique Meireles, até agosto de 2002 presidente da sucursal do Fleet-Bank Boston. Em menos de dois meses no cargo, o banqueiro elevou a taxa básica de juros, que já era a mais alta do planeta, de 25% para 26,5%. Antônio Palloci, ministro da Fazenda, já tinha anunciado no dia 7 de fevereiro de 2003, a elevação do “superávit primário” (isto é, a diferença entre receitas e despesas públicas, não incluídos os juros da dívida pública) de 3,75% (exigido pelo FMI), para 4,25% do PIB. Em termos absolutos, estava impondo, num orçamento já socialmente cruel, um corte de R\$ 14,1 bilhões, que afetou todos os “programas sociais” do governo, inclusive o decantado “Fome Zero”.

Paralelamente, contando com os votos petistas que tinham faltado a FHC quando este fizera tentativa semelhante, o governo Lula lançou uma contra reforma da previdência, que suprimia direitos dos trabalhadores do setor público. A impopularidade da medida foi atenuada por não afetar os trabalhadores do setor privado, muito mais numerosos. Mas no final de 2003, a expectativa de que, conforme o célebre e sempre lembrado preceito que Maquiavel expõe no *Príncipe*, após haver feito o mal de uma só vez, o governo iria distribuir o bem em pequenas doses, parecia muito precária. No entanto, a partir de 2004, um fator econômico objetivo veio imprimir uma dinâmica distinta na situação do país: o grande salto para a frente do comércio exterior. O valor total das exportações brasileiras passou de 30,4 bilhões de dólares em 2002 a 96,5 bilhões em 2004, ano em que o PIB cresceu 5,1%. Embora Palloci persistisse em manter prioridade para o pagamento da dívida externa, os bons resultados da balança comercial permitiram o lançamento da Bolsa Família, nova edição, ampliada e melhorada, do Fome Zero.

O êxito deste novo programa de redistribuição da renda nacional desmentiu aqueles que o consideraram mero assistencialismo de curto fôlego. O programa obedeceu a três justos critérios sociais: socorrer as camadas mais pobres da população (cuja renda mensal não ultrapassava cem reais), confiar a bolsa às mães, reconhecendo que na maioria dos lares das camadas mais pobres do povo o sustento da família é assumido pelas mulheres e subordinar a concessão do benefício à vacinação e à escolarização das crianças. Em 2004, 6,5 milhões de famílias receberam a bolsa; em 2005, foram 8,7 milhões, em 2006, 11,1 milhões e em 2010, 12,5 milhões. Considerando que as famílias de baixa renda têm em média quatro membros, cerca de cinquenta milhões de brasileiros foram beneficiados pela bolsa no último ano de mandato de Lula.

#### 2013: tempos mais difíceis

O aumento da renda das camadas mais pobres da população estimulou o crescimento econômico. O Brasil foi um dos países menos atingidos pela bancarrota de Wall Street em 2008 porque o dinamismo do mercado interno contrabalançou o recuo das exportações. Mesmo assim, em 2009, a crise provocou um crescimento negativo do PIB (-0,3%). Os porta-vozes da burguesia industrial se queixavam com razão dos efeitos perversos dos juros altíssimos e do real supervalorizado pelo banqueiro Meireles. Mas o “estouro da bolha imobiliária” estadunidense mostrou que pelo menos três grandes trustes nacionais (Aracruz, Sadia e Votorantim) estavam envolvidos na jogatina financeira<sup>3</sup>. Dois outros trustes (ambos subtraídos ao Estado brasileiro pelos vendilhões do patrimônio industrial nacional), o complexo siderúrgico de Volta Redonda (que caíra nas garras do milionário Steinbruch) e a Vale do Rio Doce, então às ordens do patrão de choque Roger Agnelli, procederam a demissões em massa, fazendo os operários brasileiros pagar a crise provocada pelos financistas estadunidenses<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O milionário A. Ermírio de Moraes, dono do truste Votorantim, costuma prodigar acacias lições de moral à nação, amplamente difundidas, muitas vezes em “matérias de capa” por jornais e magazines especialistas em bajulação. Algumas das admoestações recorrentes do “mais importante empresário do país” (cf. a capa de *Isto É Dinheiro*, nº 480, 29/nov/06), por exemplo, “Falta seriedade!” ou “Deixem a indústria trabalhar”, prestam-se, à luz turva da crise, a edificantes ironias: “Falta seriedade à Votorantim”; “Deixem a indústria trabalhar e os patrões especular”.

<sup>4</sup> Agnelli foi mais longe. Aproveitando o tumulto econômico, exerceu as pressões que pôde na tentativa de mudar a legislação para confiscar (“flexibilizar”, no léxico neoliberal) direitos trabalhistas. Não teve êxito.

Mas em 2010, o avanço foi notável: 7,5%. Além das demais prestações sociais do Estado brasileiro que se somaram à Bolsa Família, contribuiu decisivamente para esse resultado o aumento do poder aquisitivo dos cinquenta milhões de trabalhadores cujo salário é referido ao mínimo (fixado em R\$ 510,00 em 2010). Durante os oito anos de Lula, esse aumento atingiu 53,6% (contra 21,9% sob FHC). Em seu ativo estão ainda a reconstituição dos serviços públicos desmantelados pelos neoliberais (incluídas as universidades federais) e a política externa independente (embora nem sempre anti-imperialista). No passivo, a prolongada manutenção do banqueiro Meireles em posto chave da economia e, em registro ideológico, as concessões retrógradas ao clericalismo e às seitas fundamentalistas<sup>5</sup>.

No primeiro turno da eleição de 2010, Dilma obteve resultado muito próximo ao de Lula no primeiro turno de 2006: 47,65% e 48,61% respectivamente. A diferença importante ocorreu em relação ao voto centrista. Em 2006, ele se distribuiu entre Lula e Alckmin, já que a terceira colocada, Heloisa Helena explorou a brecha à esquerda de Lula, recebendo 6,85% dos sufrágios expressos. Mais atrás, um pelotão de nanicos. No segundo turno, Lula obteve 58,3 milhões de votos (60,83% do total), contra 37,5 milhões (39,17%) para Alckmin. Feito raro, o candidato do PSDB/PFL ficou com quase 2,5 milhões de votos a menos no segundo turno do que os 39,968 milhões (41,64%), que obtivera no primeiro. Em 2010, Marina Silva logrou reativar a posição centrista, surfando numa “onda verde” que desembocava em açucarada gelatina ideológica. Quase chegou aos vinte milhões de votos e aos 20% do total. Como Garotinho em 2002, ela atraiu os votos do povo de Jesus, mas parte deste povo sufragou os candidatos dos dois blocos principais, que também cortejaram o Púlpito e o Altar. Brasília vale bem uma missa... Essa unanimidade na fé neutralizou o “fator Deus” (como diria Saramago). De resto, nem a performance de Marina, nem a de Garotinho (cujos votos, somados aos de Ciro Gomes, chegaram bem perto de 30%) lograram conferir consequências orgânicas à alternativa eleitoral centrista. O PMDB, vasto e próspero cartel federal de negócios político-parlamentares, permanece o partido do centro, garantindo maioria parlamentar ao governo. No segundo turno, Dilma obteve 55,75 milhões de votos (56,05% do total),

---

<sup>5</sup> As mesmas que nos Estados-Unidos dominam a chamada Jesuslândia (onde se vota em peso por Bush e congêneres), proíbem o ensino da evolução das espécies e consideram os homossexuais moralmente doentes. (Felizmente para estes, os sodomitas não são mais queimados em praça pública, como nos velhos tempos em que o terrorismo inquisitorial da Igreja Católica impunha a lei das trevas).

contra 43,71 milhões (43,95%) para Serra. Vitória nítida, mas um pouco menos ampla do que as de Lula.

Dilma assumiu a presidência com o compromisso, ao qual ela foi fiel, de baixar os juros. Mas os efeitos perversos de longos anos de elevadas taxas de juro continuaram limitando os investimentos industriais. A considerável elevação do poder aquisitivo das massas populares manteve firme a demanda por bens de consumo popular, mas combinada ao real ainda valorizado, ela estimula as importações e abre brecha para pressões inflacionistas reforçadas pela ganância dos setores em posição de monopólio. Se lograr resolver positivamente estas tensões contraditórias, a presidente criará condições para vitória nítida em 2014 e o que é mais importante, para a manutenção do bloco de centro-esquerda que vem governando o país desde 2002. Se em vez disso, as pressões inflacionárias persistirem, o governo poderá ser tentado a reduzir as prestações sociais ou a bloquear o aumento real dos salários, correndo o risco de estreitar sua base popular. Por ora, entretanto, ao estender o direito ao FGTS aos trabalhadores de serviços domésticos, a presidente fez uma escolha coerente com seu compromisso social, assumindo o risco de perder votos junto à eleitoralmente volúvel burguesia média, habituada a desfrutar de serviços domésticos cruelmente baratos.

Na política externa, entretanto, parece-nos nítido o recuo do governo de Dilma relativamente ao de Lula. Este havia imprimido independência e dignidade à diplomacia brasileira, rompendo com a subserviência ao imperialismo hegemônico que prevaleceu sob FHC, cuja regra de ouro, como bem resumiu Chico Buarque em linguagem coloquial, consistia em falar grosso com a Bolívia e falar fininho com os Estados Unidos. O recuo é parcial: no que concerne à América Latina, Dilma manteve as orientações de Lula. Mas está falando grosso com a Síria e o Irã, com argumentos semelhantes aos do cartel colonialista da Otan, cuja pretensão de defender direitos humanos e democracia configura uma das mais torpes hipocrisias da política internacional de nosso tempo.